

Reformas de base: o pedido do procurador.

O consultor-geral da República, Saulo Ramos, manifestou a esperança de que a Assembléia Nacional Constituinte, a ser instalada em fevereiro do próximo ano, "prepare uma Constituição para o Brasil do século XXI", mas alertou também para um fato político que considerou inquietante: os períodos de exceção decorrentes da decisão de resolver as crises pelas armas, "têm sido cada vez mais demorados". Lembrou que a ditadura do Estado Novo durou 15 anos, enquanto o regime militar que antecedeu a Nova República perdurou por 21 anos.

Mesmo assim, ele observou que o povo brasileiro tem demonstrado sabedoria e paciência, "procuran-

do resolver seus problemas pacificamente", como na última transição: "Fizemos a ditadura entregar o poder político aos civis pacificamente". Ramos disse, na palestra de abertura do 11º Encontro de Procuradores e Membros dos Serviços Jurídicos das Instituições de Ensino, ontem, em Belém, que o País está em condições excepcionais para absorver as experiências mundiais e refletir sobre sua própria História para criar uma moldura constitucional e moderna, "que vai reformar o capitalismo".

Garantiu o consultor que o governo está "absolutamente empenhado em fazer a Nação chegar à "Constituição Livremente", mas

que também precisa fazer reformas de base imediatas, como o Plano Cruzado. Nesses momentos, o governo constata — segundo Ramos — a inadequação dos atuais instrumentos jurídicos, "porque a Constituição em vigor está premissa". Além do combate à inflação, o governo "precisará resolver o problema do déficit público e efetuar uma reforma na administração pública".

O consultor da República defendeu ainda a importância do trabalho que vem sendo realizado pela chamada Comissão dos Notáveis, convocada pelo presidente José Sarney. "Se todos vão apresentar suas sugestões, o Executivo também tem o direito de fazer as

suas", explicou. Uma das questões fundamentais que ele espera ver definidas na próxima Constituição é a da educação, não considerando excessivo que na Carta Magna sejam dedicados artigos ("não mais do que 10") para definir questões "como os percentuais para a educação nos orçamentos públicos e os salários dos professores". Ressaltando que a Constituinte de fevereiro de 1987 não foi convocada depois de uma revolução ou da interrupção do regime vigente, afirmou que ela, na verdade, terá o poder desconstituente, "para desconstituir tudo o que ficou para trás e passar a nação a limpo, já que nos últimos tempos ela foi passada a sujo".